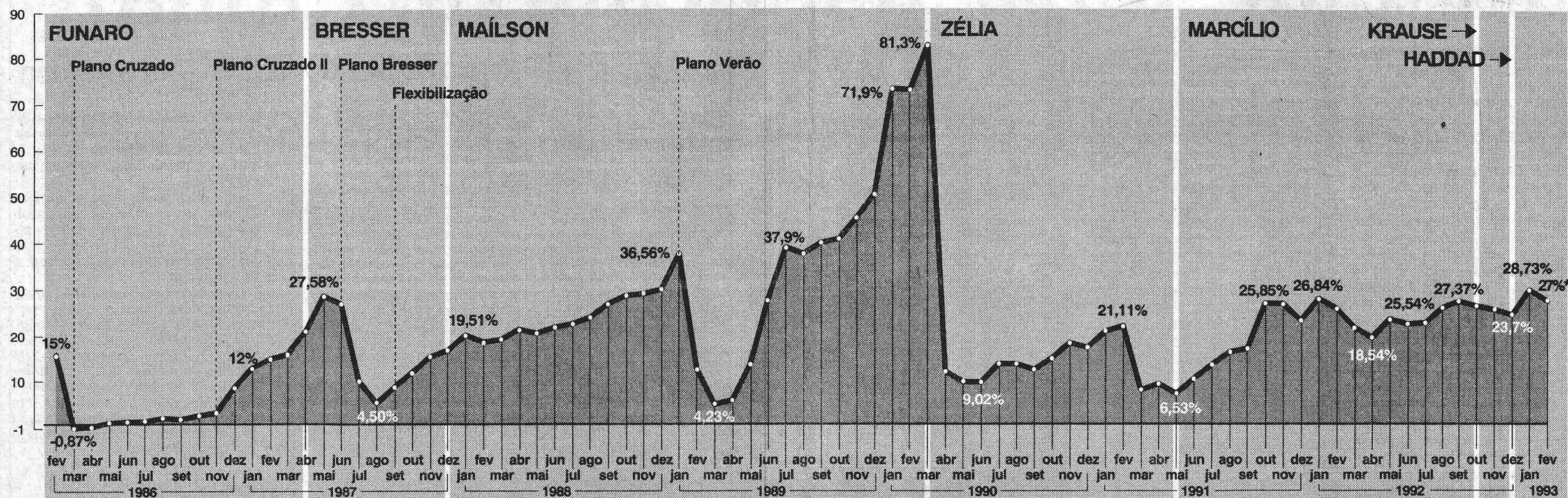
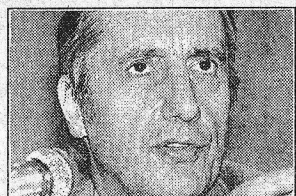


De Funaro a Haddad, a inflação que derruba ministro

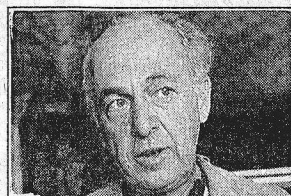


Dilson Funaro



Assumiu o Ministério da Fazenda em julho de 1985. Em fevereiro de 86 baixou o Plano Cruzado, que conquistou o apoio entusiasmado de toda a população e chegou a produzir um mês (março) de inflação negativa, para terminar com o fracasso e, em janeiro de 1987, a volta dos índices de dois dígitos.

Bresser Pereira



Tomou posse em abril de 1987, e em junho daquele ano lançou o plano que tomou o seu nome, uma edição revista e reduzida do Plano Cruzado. Saiu do Governo ainda em dezembro de 87, quando os índices já superavam 12%, atribuindo o fracasso do plano a ingerências políticas.

Maílson da Nóbrega



Substituiu Bresser anunciando sua radical oposição a choques e sua preferência por uma política "feijão-com-arroz", que se revelou igualmente ineficaz. Em janeiro de 89 acabou adotando novo congelamento, o Plano Verão. Deixou o cargo, no fim do Governo Sarney, com a inflação na casa dos 80%.

Zélia Cardoso



Primeira ministra do Governo Collor, inaugurou sua gestão com o choque econômico mais drástico já adotado no país, um bloqueio de todas as aplicações financeiras. A inflação caiu (para 7,8%) mas voltou a subir, e em janeiro de 1991 veio um novo congelamento, igualmente mal-sucedido.

Marcílio Marques



O substituto da ministra Zélia prometeu não adotar choques — como todos fizeram desde a gestão de Maílson da Nóbrega — e se distinguiu por cumprir a promessa. Manteve uma política de juros altos que conseguiu dar uma certa estabilidade à inflação, ao preço de uma aguda recessão.

Gustavo Krause



Ficou apenas dois meses e 14 dias no cargo. Pouco conhecido nacionalmente, desde o início teve sua capacidade questionada por diferentes setores. Assumiu o posto descartando congelamentos ou dolarização e afirmando que as saídas teriam de ser negociadas com toda a sociedade.

Paulo Haddad



Ficou cinco meses no Governo: primeiro no Planejamento, depois acumulando o cargo com a Fazenda e, finalmente, sendo confirmado apenas na Fazenda. Repetidamente negou a adoção de choques e preparava um plano de estabilização em que o ajuste fiscal era ponto de partida.

* PREVISÃO

Economistas crêem na volta do controle de preços e tarifas

Acendeu uma luz vermelha na ante-sala dos críticos a choques heterodoxos. Os cenários de política econômica a ser adotada daqui para frente incluem desde o tabelamento de gêneros básicos até o alongamento da dívida pública. Apesar das seguras declarações do presidente Itamar Franco de que a inflação precisava cair de imediato, o ex-ministro Paulo Haddad conseguia conter as expectativas quanto à adoção de medidas que implicassem quebra de contratos. A mudança no co-



mando da equipe econômica, entretanto, reverteu a situação.

A julgar pelo discurso de Itamar, provavelmente parte da indústria — os setores em que não há concorrência de preços, como oligopólios e monopólios — voltará a ter seus preços acompanhados ou controlados por estruturas como o extinto Conselho Interministerial de Preços (CIP), diz o economista Sérgio Werlang: "Choque, não. O Eliseu é consciencioso". Já Gil Pace, afirma que o mínimo que se pode esperar de uma economia comandada cada vez mais pelo presidente Itamar é um tabelamento de preços básicos e tarifas públicas.

Gustavo Franco, da PUC/RJ, acredita até que as novas regras econômicas poderão sair da área de preços e chegar ao mercado financeiro: no caso, haveria algum alongamento da dívida interna. Diz que a nova equipe pode optar por uma prefixação negociada, além de afirmar que o presidente Itamar só tem feito "jogar para a torcida" e que poderá adotar algum tipo de controle de preços — "que produz um bom efeito de marketing". Desanimado com o troca-troca, Francisco de Assis Moura de Mello prefere não fazer previsões, mas afirma que a mudança já foi um choque.

O ex-ministro João Paulo dos

Reis Velloso preocupa-se com a possibilidade de adoção de choques ou qualquer medidas que venham a quebrar contratos. Mas está certo que alguma política de renda precisa ser adotada como respaldo ao controle fiscal e monetário. Prega intensificação de negociações nas câmaras setoriais com pelos menos dez setores de forma que o aumento de preço a ser aplicado seja inferior à inflação.

— Negocia com uns dez setores. O resto acompanha. Agora, quem não acompanhar, é uma questão para se ver depois. Penalidade não se anuncia. Aplica-se.